

# Senado aprova PLP que flexibiliza Lei da Ficha Limpa

Texto altera prazo de contagem para políticos inelegíveis

Por Gabriela Gallo

O plenário do Senado Federal aprovou, nesta terça-feira (2), o projeto de lei complementar (PLP) nº 192/2023 que altera a forma de contagem do prazo de inelegibilidade da Lei da Ficha Limpa e reduz o prazo de inelegibilidade para políticos impedidos de se candidatar em oito anos. Relatado pelo senador Weverton (PDT-MA) no Senado e aprovada anteriormente na Câmara dos Deputados, o texto segue para sanção presidencial. O texto foi aprovado pela Câmara dos Deputados em setembro do ano passado, a toque de caixa. Ele inicialmente seria aprovado na última semana no Senado, mas foi adiado para a sessão desta terça por falta de acordo entre as partes.

O projeto propõe mudanças na Lei de Inelegibilidades e na Lei das Eleições para ajustar as regras sobre inelegibilidade de candidatos. As alterações incluem novos critérios e prazos para inelegibilidade, além de permitir que pré-candidatos solicitem uma declaração de elegibilidade à Justiça Eleitoral.

Na prática, o projeto aprovado antecipa o início da contagem para a condenação ou a renúncia, simplificando para oito anos o período de inelegibilidade, e determina o limite de 12 anos em casos de múltiplas condenações, mesmo que as condenações sejam de processos diferentes. A medida ainda veda a possibilidade de mais de uma condenação por inelegibilidade no caso de ações ajuizadas por fatos relacionados. Atualmente, enquanto o texto ainda não é aprovado, o período de inelegibilidade começa a ser contado a partir do momento em que o parlamentar condenado encerra seu



Jefferson Rudy/Agência Senado

Relator, senador Weverton defendeu que inelegibilidade não pode ser "ad eternum"

mandato, o que pode estender o prazo de inelegibilidade para mais de 15 anos.

Se aprovado, o texto determina que o período da contagem passa a valer a partir dos seguintes casos: decisão que decretar a perda do mandato; eleição na qual ocorreu prática abusiva; condenação por órgão colegiado; ou renúncia ao cargo eletivo.

O projeto de lei complementar foi apresentado pela deputada federal Dani Cunha (União Brasil-RJ), filha do ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha (Republicanos-RJ), que atualmente encontra-se inelegível até fevereiro de 2027. Se sancionado, o PLP determina que as novas regras poderão ser aplicadas imediatamente e podem mesmo beneficiar políticos já condenados, permitindo assim que Cunha e diversas outras figuras políticas atualmente inelegíveis disputem cargos

políticos nas eleições de 2026.

O texto foi aprovado por ampla maioria dos parlamentares, desde partidos da oposição até da base governista. Nos bastidores, o Partido Liberal (PL) tinha interesse na medida porque o PLP atende a dez filiados da sigla. Já para o Partido dos Trabalhadores (PT) também há interesse na sanção do projeto de lei complementar porque vai enquadrar outros seis filiados, o que justificaria o motivo de ambos os partidos votarem ao favor da medida.

## Críticas

Com a aprovação da medida no poder Legislativo, a ONG Transparência Internacional emitiu na noite desta terça-feira um comunicado criticando a decisão dos senadores. "As eleições de 2024 foram marcadas pela infiltração de organizações criminosas como o PCC [Primeiro Comando da Capital] e o CV [Comando Vermelho]

em prefeituras e Câmaras de vereadores por todo o Brasil. Seja pelo financiamento ilegal, seja por candidaturas de fachada, o crime organizado avançou sobre as instituições democráticas e é grande o risco de que isso se repita nos cenários estadual e federal", alerta o comunicado.

Vale destacar que recentemente a Polícia Federal (PF) deflagrou uma operação que identificou atuações do crime organizado, para além das favelas, infiltrado em escritórios, empresas e no mercado financeiro. A medida alerta para a possibilidade de supostas infiltrações de facções e esquemas criminosos dentro da política.

A ONG Transparência Internacional ainda reiterou que o projeto original da Lei da Ficha Limpa "foi resultado do desejo legítimo da população em impedir que corruptos e criminosos voltem rapidamente ao poder" e, portanto, não deveria passar por mudanças.

## CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Gustavo Moreno/STF

PGR lembrou ameaça de presidente a ministro

## Bolsonaristas lamentam citação de Fux por Gonet

Aliados de Jair Bolsonaro sentiram muito um golpe desfechado pelo procurador-República, Paulo Gonet, durante o julgamento do principal núcleo acusado de tentativa de golpe de Estado.

O PGR fez questão de citar a ameaça que o então presidente, em 7 de setembro de 2021, fez a Luiz Fux, na época presidente do Supremo Tribunal Federal. Fux é tido como o

único aliado bolsonarista na Primeira Turma do STF.

Irritado com decisões do ministro Alexandre de Moraes, Bolsonaro, frisou Gonet, "repetiu o ultimato" a Fux: "Ou o chefe desse Poder enquadra o seu (ministro, Moraes), ou esse Poder pode sofrer aquilo que não queremos, porque nós valorizamos, reconhecemos e sabemos o valor de cada Poder da República."

## 'Maldade'

Para políticos ligados a Bolsonaro, o PGR criou um constrangimento para Fux, "uma maldade", segundo um deles. Lembrou que o ministro também foi vítima de ataques do principal acusado pela trama golpista. Uma ameaça que, no limite, tinha como alvo o próprio STF.

## Vacina

A nova rodada de articulações pró-anistia acirrou ainda mais os ânimos no STF e na PGR. Além da condenação de Bolsonaro, há a intenção de que a decisão evidencie o tamanho do risco que o país correu com a tentativa de golpe. Algo que sirva de vacina contra o perdão.



Bruno Spada/Câmara dos Deputados

Hugo Motta

## Sede de impunidade derrubou PEC

Sedentos por blindagem, deputados enrolados com desvios de recursos de emendas, exageraram na dose e sabotaram a tramitação da proposta de emenda constitucional que criava barreiras para que parlamentares fossem processados.

Semana passada, quando o relatório do deputado Lafayette de An-

drada (Republicanos-MG) não havia sido divulgado, o grupo foi ao presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-MG) e pediu que fosse discutido um texto radical.

Pela proposta, qualquer processo contra parlamentares teria que ser autorizado por dois terços do STF e pela respectiva Casa, Câmara ou Senado.

## Fogo no parque

O projeto derrubou qualquer possibilidade de consenso entre os líderes e inviabilizou um acordo que vinha sendo costurado com o STF. Para complicar ainda mais, trechos da proposta foram fotografados e divulgados em redes sociais e geraram revolta.

## Derrubada

A discussão entrou pela noite e impediu a análise da proposta de Andrada, que previa proteção apenas para crimes ligados à atividade parlamentar: não haveria necessidade de autorização de suas Casas para que fossem processados por corrupção.

## Emburrado

O presidente Lula é visto no PT como um dos grandes obstáculos à busca de uma negociação mais ampla com partidos do Centrão que, apesar de ocuparem ministérios, tocam mais pela partitura da oposição. Irritado com o que chama de traições, não quer muita conversa.

## 'Deixa comigo'

Apesar dos esforços da turma do deixa disso, Lula não tem muitas esperanças de acordos amplos, prefere apostar em acertos regionais. E aposta que, na hora do vamos ver, seu carisma e seu governo compensarão a falta de amplos apoios partidários.

# Senado aprova PEC que cria novas regras para precatórios

Além de alterar as regras da Lei da Ficha Limpa, o plenário do Senado Federal aprovou, nesta terça-feira (2), a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 66/2023 que altera as regras sobre o pagamento de precatórios – instrumento pelo qual o Poder Judiciário requisita à Fazenda Pública o pagamento a que esta tenha sido condenada em processo judicial. Como o texto não passou por alterações do que foi entregue pela Câmara dos Deputados, a previsão é que as novas regras serão promulgadas na próxima terça-feira (9).

O texto implementa um dispositivo que permite ao governo federal um gasto extra de R\$ 12,4 bilhões em 2026, ano das eleições.

A votação começou em julho deste ano, mas travou diante do impasse sobre a inclusão ou não de dívidas da União na regra fiscal.

Nesta terça-feira (2), a deliberação foi reiniciada justamente pela deliberação de um destaque que queria derrubar essa possibilidade, mas que foi rejeitado por um placar apertado, de 49 a 28 -exatamente o número necessário para que o dispositivo fosse mantido.

A vitória do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) aconteceu mesmo com posicionamento contrário



Saulo Cruz/Agência Senado

PEC foi relatada por líder do governo Jaques Wagner

de União Brasil e PP, partidos que anunciaram nesta terça seu desembarque do Executivo.

Já aprovada pela Câmara dos Deputados, agora a proposta precisa passar por votação em segundo turno no Senado antes de ir para promulgação pelo Congresso Nacional.

Parlamentares de oposição tentaram colocar novamente o trecho sobre dívidas em deliberação, mas o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) não permitiu, sob argumento de que um mesmo tema não poderia ser discutido

duas vezes.

A PEC começou a tramitar no Senado mas, durante a passagem pela Câmara, os deputados retiraram as dívidas da União do teto de gastos em 2026, criando uma regra de transição para que esses valores fossem contabilizados na regra fiscal a partir do ano seguinte.

Assim, o governo Lula conseguiu um espaço fiscal extra de mais de R\$ 12 bilhões para gastar durante o ano das eleições presidenciais.

Em entrevista à Folha de São Paulo, a ministra do Plane-

jamento e Orçamento, Simone Tebet, afirmou que a alteração daria segurança jurídica e garantiria o cumprimento da meta do resultado primário em 2026.

Um cálculo feito pela Comissão Especial de Precatórios da Ordem de Advogados de São Paulo (OAB-SP) concluiu que o pagamento de precatórios devidos pelo estado de São Paulo pode demorar até oito anos a mais com essa PEC.

A OAB usa como exemplo o precatório alimentar devido pelo governo paulista no Orçamento de 2017. Segundo as projeções, se antes ele demoraria 2 anos para ser depositado, com a proposta ele precisaria de 10, acumulando uma dívida de R\$ 6 bilhões.

A estimativa análoga feita para a Prefeitura de São Paulo com base nas contas de 2011 subiria de três para 12 anos.

A PEC 66 de 2023 tratava, originalmente, apenas de dívidas dos municípios com precatórios e com seus regimes de previdência. O texto já tinha passado Senado, onde foram incorporadas também regras para os estados. Na comissão especial que o discutiu na Câmara, entraram também os precatórios da União.

Por João Gabriel (Folhapress)